

# ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O TEMA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA BASE BRAPCI<sup>1</sup>

**Tatianne Akaichi**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP/MARÍLIA),

E-mail: tatianne.akaichi@gmail.com

**Rosani Beatriz Pivetta da Silva**

Professora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),

E-mail: r.pivetta24@gmail.com

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo apresentar a produção científica disponível na BRAPCI, referente à avaliação de documentos, no período de 1972 a 2016, por meio de uma análise bibliométrica. A população é composta por 11 artigos. Os resultados revelaram que os autores mais citados nos artigos analisados foram Couture, Bellotto e Jardim, e as obras mais citadas foram “Arquivos permanentes: tratamento documental” e “*Archivística general: teoría y práctica*”. Além disso, identificamos que os livros representam 63% da tipologia mais utilizada pelos pesquisadores, seguidos dos artigos, 13%. Observamos também que, nos artigos analisados sobre o tema, a maioria possui uma noção e uma abordagem mais abrangentes e relacionadas como um item mencionado da gestão documental, ou seja, não adotaram a avaliação arquivística como um objeto único e específico de seus estudos. Concluímos que no âmbito nacional a temática abordada recebe pouca atenção da comunidade arquivística, isto é, ainda são incipientes os trabalhos voltados a esse contexto. Nesse sentido, percebemos a necessidade de realização e de desenvolvimento de investigações e discussões, visando contribuir, instigar reflexões, aprofundar os conhecimentos e ampliar a produção científica a respeito da temática aqui proposta, haja vista sua significância, relevância e pertinência para a área da Arquivologia.

**Palavras-chave:** Avaliação de Documentos. Bibliometria. Produção Científica. Arquivologia. BRAPCI.



## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa realizou uma investigação sobre a produção científica disponível na base BRAPCI, referente à avaliação de documentos, no período de 1972 a 2016. O *corpus* de análise constituiu em 11 artigos científicos, no qual, de modo geral, procurou-se identificar acerca dos autores citantes e citados que mais contribuíram com a temática, como também conhecer as principais abordagens e teorias utilizadas nos contextos dos artigos publicados e selecionados para desenvolvimento desse estudo.

A Arquivologia é uma área ampla para estudos. A escolha pelo tema sobre avaliação de documentos diz respeito à percepção de que esse assunto possibilita, novos olhares dos pesquisadores sobre a metodologia relacionada à seleção, à eliminação dos registros, aos critérios de preservação documental e seus aspectos teóricos. Além disso, pode-se dizer que um dos principais desafios da avaliação de documentos é a falta de conhecimento sistematizado sobre o assunto.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta parte dos resultados da monografia do curso de Especialização Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria.

Desse modo, esse trabalho teve como propósito contribuir e ampliar o debate sobre o assunto, bem como fornecer subsídios para a discussão, motivando os pesquisadores da área arquivística, a refletirem sobre a busca pela maturidade teórica da avaliação documental, tão necessária a essa área de conhecimento.

## 2 AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

A avaliação documental consiste, por meio da análise e da seleção dos documentos, em definir e estabelecer prazos de guarda ou eliminação, visando contribuir para a racionalização dos arquivos e na formação do patrimônio documental. Avaliar é dar o destino aos documentos de acordo com os valores (primários ou secundários) que lhe são atribuídos (BERNARDES, 1998). O valor primário diz respeito ao fim para o qual o documento foi produzido (administrativo, legal, executivo e fiscal), o valor secundário refere-se aos documentos com importância probatória e testemunho histórico (SCHELLENBERG, 1974).

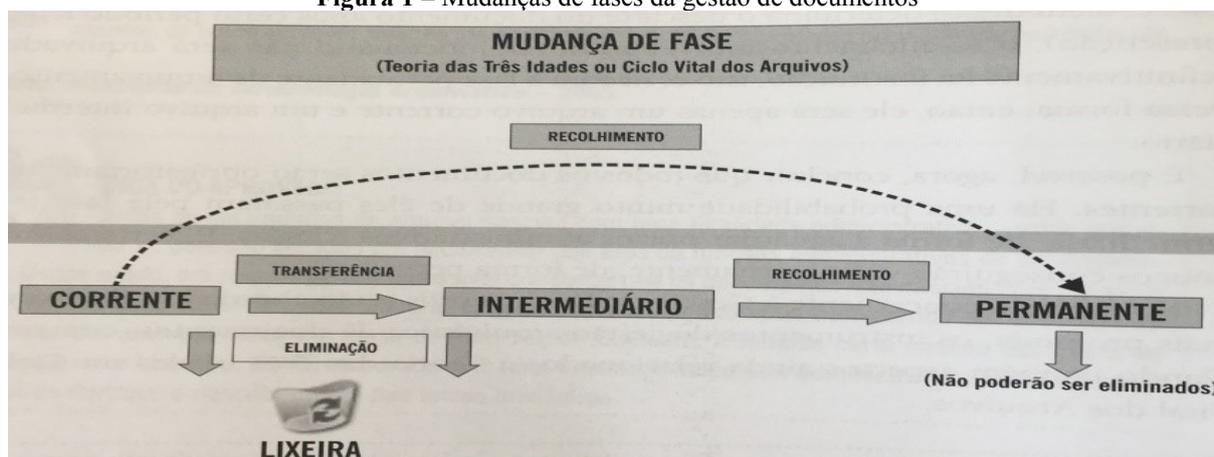
O processo de avaliação documental apresenta algumas vantagens, como: redução do volume documental dos arquivos; liberação de espaço físico; maior aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros; eficiência administrativa; agilidade e rapidez na recuperação das informações e dos documentos e melhores condições de conservação dos documentos de guarda permanente (BERNARDES, 1998).

A metodologia de avaliação documental é realizada com base na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), que registra o ciclo de vida dos documentos (fase corrente, intermediária e permanente) e contém os períodos de permanência e arquivamento da documentação que necessitam ser seguidos (BERNARDES, 1998), ainda sobre o mesmo assunto outros autores também se manifestam dizendo que:

A tabela de temporalidade é o instrumento que define o ciclo de vida do documento, visando reduzir ao máximo a interferência da subjetividade humana no processo de decisão e retenção ou eliminação. Tal instrumento define ainda os prazos e as condições de guarda, preocupando-se em determinar os períodos de transferência, recolhimento e eliminação (NEGREIROS; DIAS, 2008, p. 10).

No âmbito da Arquivologia, cabe frisar que a transferência compreende na passagem de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário. A operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente é conhecida como recolhimento. No que concerne à eliminação, trata-se da destruição de documentos que, no processo de avaliação, constante na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, foram definidos como sem valor permanente (ARQUIVO NACIONAL, 2005). A Figura 1 mostra esses procedimentos.

**Figura 1** – Mudanças de fases da gestão de documentos



Fonte: Reis e Santos (2011, p. 16).

Ainda em relação a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, a autora Paula (1995, p. 31) reforça dizendo que:

A organização de uma massa documental que não esteja norteada por uma Tabela de Temporalidade, em pouquíssimo tempo necessitará novamente de uma reorganização, pois não se definindo por quanto tempo manter ou quando e o que deve ser expurgado, este acervo crescerá desordenadamente e estará de novo, em breve, precisando de nova triagem. O mais grave, é que se terá que retrabalhá-lo por inteiro, pois não há como separar o “joio do trigo” sem que se passe pasta por pasta.

Bernardes e Delatorre (2008, p. 36) enfatizam sobre a atualização da Tabela, por ser:

Um instrumento dinâmico de gestão, a Tabela de Temporalidade deve ser atualizada periodicamente: primeiro, porque com o passar do tempo, é provável que muitos documentos deixem de existir e outros novos sejam produzidos, segundo, porque a legislação ou as razões administrativas ou técnicas que justificaram alguns prazos de guarda podem sofrer alterações.

A tabela de temporalidade e a destinação dos documentos de arquivos podem e devem ser constantemente revisitadas, analisadas e repensadas pelos profissionais envolvidos no processo de avaliação documental para possíveis ajustes dos prazos de guarda (fase corrente, intermediária ou permanente).

É pertinente apontar, que “o processo de avaliação depende da criação e instalação de uma Comissão de Avaliação de Documentos (CAD), com a finalidade de orientar e coordenar todo o processo, além de analisar e aprovar a tabela de temporalidade” (MOURA, 2010, p. 29). Destacamos que a Comissão tem como atribuição: analisar o conteúdo dos conjuntos documentais, atribuindo-lhes prazos de destinação; elaborar a tabela de temporalidade; encaminhar as tabelas devidamente aprovadas em seu âmbito para aprovação superior e publicação no Diário Oficial, se for o caso; revisar periodicamente a tabela; implementar instruções para o funcionamento da comissão (MACHADO; CARMARGO, 2000).

A CAD é regulamentada no âmbito de cada instituição, segundo sua legislação, e composta por membros permanentes e membros variáveis, de acordo com a documentação avaliada.

Geralmente, é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, entre eles: arquivistas, historiadores, administradores, contadores, jurídicos, estatísticos, entre outros (MOURA, 2010).

A finalidade de distintos especialistas na Comissão é que cada profissional contribua por meio de compartilhamentos, discussões, trocas de experiências, domínios e saberes acerca da importância e da temporalidade dos documentos para fins de prova, informação e pesquisa. Como se pode notar, a Comissão tem como característica a multidisciplinaridade (BIZELLO; SOUZA, 2009). De acordo com Camargo (1999), os profissionais provenientes de diferentes áreas de formação acadêmica enriquecem a qualidade do tratamento documental.

No processo de avaliação documental deve-se considerar os documentos que serão utilizados para atender as necessidades de informação e pesquisa dos usuários. Para Lübbe et al. (2007), a ausência de preocupação com a documentação pode trazer consequências irreversíveis à memória da instituição e aos direitos dos cidadãos. Por essa razão, deve ser feita uma análise criteriosa e cuidadosa dos documentos que serão guardados, descartados e eliminados, pois “[...] os padrões de avaliação não podem ser absolutos ou finais, devem ser aplicados com moderação e bom-senso” (SCHELLENBERG, 2006, p. 227).

Em virtude do que foi mencionado, nossa percepção é que, embora o processo de avaliação documental apresentar benefícios como a racionalização de espaço físico, em razão dos descartes e da eliminação de documentos, não se pode abandonar os aspectos que envolvem a preservação da memória institucional, da memória social, o atendimento aos direitos dos cidadãos e a facilitação na investigação histórica para os pesquisadores público em geral, porque “[...] uma nação sem história é uma nação sem identidade” (SENA; CARVALHO; CUNHA, 2007, p. 110). Destacamos a importância de preservar para não ocorrer o desaparecimento total da memória, que poderá ser utilizada por gerações futuras, em outras palavras, é imprescindível que busquem proporcionar aos usuários condições para se lembrarem do passado, entenderem o presente e obterem respostas sobre o futuro.

Dessa forma, é fundamental a elaboração e o desenvolvimento de abordagens e teorias científicas que respaldem e orientem a realização da análise, da avaliação e da seleção dos registros, com o intuito de dar um destino adequado aos documentos, assunto que será descrito e abordado na próxima seção.

## 2.1 AS PRINCIPAIS VERTENTES TEÓRICAS DA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Nesta seção serão apresentadas as principais vertentes teóricas acerca da avaliação de documentos. Em 1922, o britânico Hilary Jenkinson iniciou seus estudos sobre a avaliação de documentos a partir de arquivos medievais (LOUSADA, 2012).

Além dessa contribuição, outra significativa foi a desenvolvida pelo norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, que proporcionou à arquivística um novo enfoque e uma nova dimensão. Em 1956 o autor trouxe o conceito de valor primário e valor secundário aos documentos para ser respaldado o processo de avaliação de documentos. O valor primário são os documentos que dado o teor administrativo, fiscal, legal ou executivo, estão mais ligados aos seus produtores. O valor secundário envolve a relevância que os documentos têm para os pesquisadores e os cidadãos, são preservados para fins de fonte de conhecimento, estudos e investigações científicas ou testemunhar e comprovar direitos (SCHELLENBERG, 2006).

É importante assinalar que essa Teoria se refere em manter, guardar e custodiar o mínimo de documentação com a maior quantidade de dados e de informações possíveis. A escolha e a seleção dos conteúdos permanentes, o destino e a eliminação com segurança dos registros devem ser definidas pelos arquivistas e gestores de documentos/informações, ou seja, estes profissionais passaram a exercer um “papel de moderador” na tomada de decisão em relação à preservação e à destruição dos documentos (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Makhlof e Cavalcante (2008), em 1970, Hans Booms apresentou o modelo de avaliação que denominou de plano documental, que diz respeito a analisar e documentar um conjunto de acontecimentos examinados e observados, por arquivistas, historiadores e autoridades oficiais, como pertinentes durante um período limitado, no qual essa documentação deve conter as realidades sociais, formar o patrimônio documental da sociedade e retratar precisamente seus valores contemporâneos. Cabe ao arquivista, nesse plano documental e no processo de avaliação, a responsabilidade de realizar uma análise histórica dos documentos.

Já Helen W. Samuels desenvolveu a estratégia documentária, em 1986, cujo enfoque é analisar as funções asseguradas pelo conjunto das instituições que representam ser fundamentais para a sociedade (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

A respeito do contexto arquivístico brasileiro, a principal legislação específica da área é a Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. A Lei, traz em seu contexto definições de documentos, arquivo, gestão documental, entre outros conceitos, trata de todos os aspectos que envolvem os documentos, seu trâmite e sua proteção em qualquer tipo de instituição, seja pública ou privada. No que se refere à avaliação de documentos, é tratado no seu artigo 3º da referida lei, em que, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (BRASIL, 1991).

O Arquivista canadense, Terry Cook, em 1992, elaborou o modelo chamado de macro avaliação, como uma metodologia avaliativa. Esse modelo possui uma abordagem sistemática e

holística, em que é considerado, sobretudo, o contexto de criação do documento e as funções da instituição, a análise é feita a partir da produção documental, das estruturas, das atividades, dos programas, das negociações e das ações da organização (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008; ROCKEMBACH, 2015).

Nessa mesma época, Terry Eastwood (1992) criou a micro avaliação, que tem como objetivo avaliar os documentos com base, principalmente, na análise dos usos e das tipologias dos registros, na sua estrutura geral, no seu conteúdo, entre outros aspectos. Esses elementos possibilitam ao arquivista elaborar o perfil do usuário potencial (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

Para Jardim (1995) o processo de avaliação e de seleção dos documentos arquivísticos, diz que devem ser observados os aspectos relacionados à memória coletiva, visando a composição e a construção do patrimônio documental da sociedade. O mesmo autor destaca que essa questão é pouco problematizada como referência teórica na literatura nacional e, por essa razão, entende a necessidade da Arquivologia debruçar-se acerca do tema em relação à memória, de forma a favorecer uma revisão dos princípios teóricos e metodológicos de avaliação e seleção documental.

Do ponto de vista dos arquivistas canadenses, Rousseau e Couture (1998) defendem a arquivística integrada, a qual se preocupa com o tratamento documental desde a produção até o seu destino, por meio de procedimentos integrados de classificação, avaliação e descrição. Em síntese, a arquivística integrada tem como propósito assegurar uma política completa de organização de arquivos, possibilitando um rápido acesso às informações, as quais, presentemente, são verificadas como indispensáveis ao funcionamento administrativo das organizações (GARCIA; SCHUCH JUNIOR, 2002). Cabe destacar que a prática de avaliar é realizada nos arquivos correntes e intermediários (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

Para Couture (2002), o processo de avaliação e a elaboração da tabela de temporalidade são desempenhados em duas etapas, sendo que na primeira realiza-se a macro avaliação e, na sequência, a micro avaliação. Na macro avaliação o arquivista concentra-se nos motivos pelos quais o documento existe, mandatos e funções do criador, instituindo prioridades por meio das quais as unidades administrativas a examinam. Já a micro avaliação consiste na parte operacional, tende a determinar os valores (primário e secundário) que possuem os documentos e estipular os prazos de conservação dos registros. Essas duas fases são complementares e esse procedimento ficou conhecido como avaliação integrada (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

O Decreto n.º 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei de arquivos ao referir-se à gestão de documentos da administração pública, determina que cada órgão deverá instituir uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), com finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada, bem como identificar os documentos que serão preservados ou descartados, pois são destituídos de valor.

Por outro lado, outros autores propõem um diferente modelo para avaliar documentos, denominado Método Quadripolar, em que três tipos essenciais de parâmetros precisam ser considerados: a pertinência, a densidade e a frequência, conforme descrição a seguir:

A pertinência, que significa literalmente pertença à acção de alguém ou entidade, pode ser mensurável, em termos informacionais, através do trinómio objectivos essenciais (razão de ser) + estrutura orgânica e competências/funções + memória, numa gradação de três níveis (A, B e C), correspondentes a uma relação directa, indirecta ou periférica, dos actos informacionais com o trinómio enunciado. A densidade, que significa à letra qualidade daquilo que é denso, espesso, compacto, implica, em termos informacionais, saber se um acto ou documento é primário/original, com/sem duplicação/cópia exacta, ou se é secundário (resumo ou síntese, parcela e acumulação de documentos primários/originais), com/sem duplicação/cópia. A frequência, que significa repetição amiudada de actos ou sucessos é entendida, aqui, como quantificação da periodicidade de uso/acesso à informação, quer na fase de produção/recepção (fase genésica ou decisória, chamada também corrente ou administrativa), quer na fase imediatamente posterior (fase estável, pós-genésica e pós-decisória, que é perene e definitiva, assim como progressivamente mais aberta a um acesso externo ao sistema arquivo), podendo os resultados a obter em ambas as fases esclarecer-nos cabalmente sobre se há ou não um "uso intermédio" (muito discutível) e ainda se é verdade ou não que a Administração perde totalmente a necessidade de acesso a informação com mais de quarenta anos de idade (RIBEIRO: SILVA: 2004, p. 20).

Quanto à avaliação de documentos eletrônicos, Santos (2005) menciona duas categorias de critérios de avaliação que são importantes de serem observadas, a saber: análise de conteúdo e análise técnica. Análise de conteúdo examinam-se os componentes jurídicos administrativos, de procedimento, de proveniência e documentário. A análise técnica verifica-se os fatores relacionados à tecnologia de criação e armazenamento do documento. O mesmo autor enfatiza que não se devem transpor os procedimentos de avaliação dos documentos tradicionais para os documentos eletrônicos, em razão de suas características diferenciadas e de suas especificidades.

Cada base teórica contém suas peculiaridades, divergências, similaridades e trazem contribuições relevantes. O processo de construção e reconstrução dos conhecimentos não acontece de forma simples. O surgimento de uma nova abordagem não elimina a existência da outra, são apenas aspectos que foram observados em diferentes momentos históricos e passaram a se concentrar mais sob certos elementos. Complementando essa ideia, Gleiser (2004, p. 3) discorre que “a ciência é uma narrativa em constante evolução”. Corroborando com o acima exposto, é relevante trazer que:

A ciência é um processo altamente dinâmico, em que as descobertas ocorrem ininterruptamente, sempre surgindo novos resultados e novas pesquisas, por isso, seus resultados são quase sempre provisórios e transitórios. Dessa forma, a ciência configura-se como um sistema contínuo de investigação, que conta com a participação dinâmica dos pesquisadores, os quais, em parte com o uso de conhecimentos acumulados, conseguem produzir e dar continuidade a esse ciclo (DROESCHER; SILVA, 2014, p. 172-173).

Entendemos que não há um método superior ou inferior ao outro, mas, sim, que se complementam. Pois, o que um estudo não consegue responder, outro surge e colabora, auxilia, esclarece, explica ou apresenta aquilo que não foi analisado ou explorado, são essas ações que permitem que o avanço e a evolução científica ocorram e novas pesquisas se desenvolvam.

O debate e a reflexão a respeito da avaliação de documentos, métodos de seleção, eliminação, critérios e preservação ainda precisam muito ser discutidos entre os pesquisadores da área arquivística. A partir dos pressupostos descritos apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

Esse estudo investigou, por meio da análise bibliométrica, como está caracterizada a produção científica acerca da temática avaliação de documentos verificando como estão desenvolvidas e difundidas as pesquisas científicas sobre o tema. Análises bibliométricas são estudos que:

[...] constituem um conjunto de procedimentos que analisa o comportamento da informação registrada, por meio de indicadores que utilizam as quantificações, análises estatísticas e recursos tecnológicos, com o objetivo de analisar e avaliar a produção da informação nas diferentes áreas do conhecimento (ALVES, 2013, p. 7).

A Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), foi a escolhida devido ao seu reconhecimento e representatividade acadêmica da produção científica no Brasil nas áreas da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Também por ser uma das mais abrangentes Base de Dados que contém artigos publicados dos principais periódicos do Brasil e eventos das áreas. A base indexa artigos desses campos, contribuindo para estudos analíticos e descritivos da produção acadêmica, ampliando a compreensão sobre o comportamento da ciência nas respectivas áreas do conhecimento (LIMA; SOARES; OLIVEIRA, 2011).

O critério para a busca das produções na base de dados foi: conter no título, no resumo ou nas palavras-chave os termos: Arquivística; Arquivística Integrada; Arquivo Público; Avaliação de Documentos; Avaliação Documental; Comissão de Avaliação de Documentos; Documentação de Arquivo; Eliminação de Documentos; Gestão Arquivística; Gestão de Documentos; Gestão Documental; Informação Orgânica; Patrimônio Documental; Tabela de Temporalidade e Transferência de Documentos.

Para escolha dos artigos selecionados, foi realizada uma leitura no título, resumo e palavras-chave de cada trabalho. Foram identificados um total de 74 trabalhos. Porém após análise desses 74, foram selecionados 11 artigos para compor essa pesquisa. Vale destacar que o critério para manter 11 artigos, foi o fato de que os demais trabalhos não atendiam os critérios da pesquisa. O período de busca utilizado foi o ano disponível na base, de 1972 até o último ano completo, 2016. Destacamos este último ano por representar a indexação já concluída na base de dados.

No critério de pesquisa foram selecionados “Todos os campos” da base BRAPCI, que compreende: autores, título, palavras-chave, resumo e referências.

Para análise e interpretação dos dados, foram organizados, trabalhados e estruturados seguindo os objetivos do estudo, por meio da apresentação e elaboração de gráficos e/ou quadros.

Os dados bibliométricos da pesquisa foram dispostos em software de planilha eletrônica *Excel* com as variáveis: referência completa, autoria, obra, fonte e idioma, para melhor ordenação e visualização. Após a organização dos dados, os resultados foram interpretados e discutidos com base no referencial teórico abordado no decorrer da pesquisa.

## 4 RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se os resultados dos dados coletados e analisados, subdivididos em 4.1, 4.2 e nas suas subseções.

### 4.1 ARTIGOS ANALISADOS

Após investigação na base de dados BRAPCI, foram analisados 11 artigos de periódicos científicos que tratam do tema sobre avaliação de documentos, conforme descrito no Quadro 1.

**Quadro 1 - Artigos referentes à Avaliação de Documentos**

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Objetivo</b>
A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação	Olga Maria Correa Garcia; Vitor Francisco Schuch Junior	Investigar a aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação, nos trabalhos de final de curso dos graduandos em Arquivologia pela UFSM, no período 1997 a 1999.
A invenção da memória nos arquivos públicos	José Maria Jardim	Observar como a noção/conceito de memória tende a ser teoricamente referida, quando do processo de avaliação e seleção de documentos arquivísticos, como um dos pilares da arquivologia contemporânea.
A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras	Luis Carlos Lopes	Analisar alguns problemas da arquivística, relacionados à avaliação de documentos de arquivo.
Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística	Acácia Maria Maduro Hagen	Apresentar considerações sobre o conceito de descrição arquivística e sobre o processo de padronização da descrição.
Arquivópolis: uma utopia pós-moderna	Luiz Carlos Lopes	Discutir os problemas brasileiros na área do gerenciamento da informação arquivística e propor uma metodologia de trabalho.
Arquivos: memórias vivas de Goiás: a criação de uma instituição de arquivo na cidade de Goiás	Rosane Montiel	Apresentar a experiência das atividades de recuperação do patrimônio documental existente na cidade de Goiás e discutir as possibilidades de interlocução entre os saberes acumulados na universidade e os saberes produzidos na vivência cotidiana do trabalho com os documentos de arquivo.
Arquivos, gestão de documentos e informação	Cynthia Roncaglio; Décio Roberto Szvarça; Silvana de Fátima Bojanoski	Apresentar os principais aspectos, teóricos e práticos, que devem ser levados em consideração na implantação da gestão de documentos e os desafios que as instituições brasileiras, públicas ou privadas, ainda precisam enfrentar para gerenciar e preservar seus acervos documentais.
Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL	Elizabeth Leão de Carvalho; Rose Mary Juliano Longo	Avaliar se o uso das informações orgânicas (administrativas) pelos membros do Conselho de Administração da UEL se apresenta consoante com as diretrizes estratégicas da instituição.
O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário	Wilmara Rodrigues Calderon; Julce	Analisar a gestão documental / informacional de instituições da região de Londrina – Paraná.

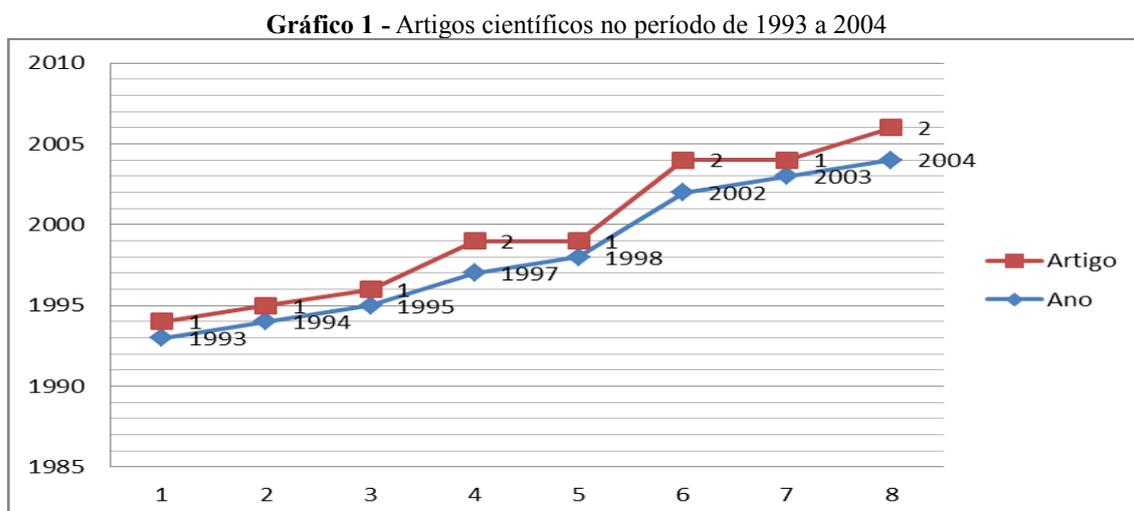
	Mary Cornelsen; Neiva Pavezi; Maria Aparecida Lopes	
O Programa de Apoio/ Assistência Técnica aos Municípios Baianos para Criar/Dinamizar os Arquivos Públicos Municipais: relato da experiência do Arquivo Público do Estado da Bahia	Maria Teresa Navarro de Britto Matos; Maria Ângela Duarte Pereira	Relatar a experiência do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) no âmbito do Programa de Apoio / Assistência Técnica aos Municípios Baianos para criar / dinamizar os Arquivos Públicos Municipais.
Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na Administração Pública Brasileira: uma tentativa de explicação	Renato Tarciso Barbosa de Sousa	Explicar as causas dos arquivos ativos e os das massas documentais acumuladas na Administração Pública Brasileira.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com base no Quadro 1, constatamos que a maior parte dos pesquisadores não tem como foco de seus estudos a avaliação de documentos, em outros termos, a produção científica sobre essa temática é baixa, pois apenas dois trabalhos (18%) trataram especificamente dessa questão, são eles: “A invenção da memória nos arquivos públicos” e o artigo “A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras”. Isto significa que a maioria dos artigos não abordam o tema avaliação de documentos como central, não discorrem de forma teórica ou epistemologicamente a temática, este fato provavelmente demonstra a carência de pesquisas sob essa perspectiva.

Evidenciamos também que existe uma baixa concentração da produção que envolve o tema proposto nesta pesquisa. Como essa temática tem uma significância para a área arquivística, evidenciamos a necessidade de aprofundamento, realização de reflexões, discussões, debates e contribuições teóricas no âmbito da literatura nacional, sobre avaliação de documentos, com a finalidade de fortalecer e aumentar a sua representatividade científica.

Quanto ao período de produção e publicação dos artigos analisados, foi de 1993 a 2004, como mostra o Gráfico 1.

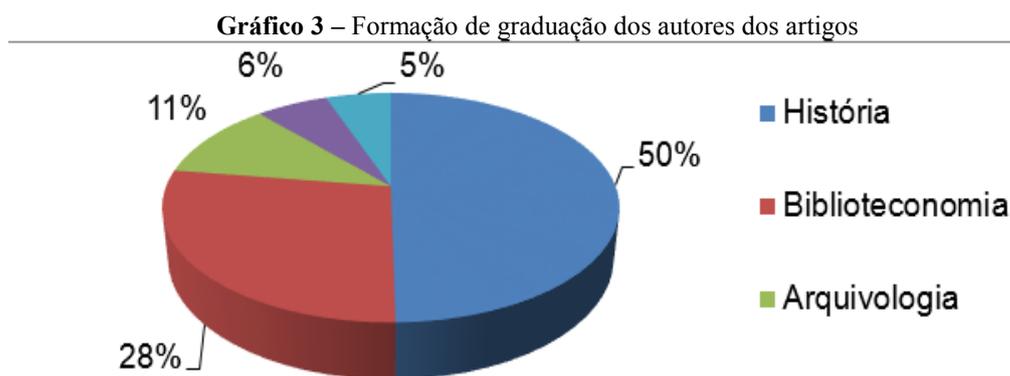


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No Gráfico 1, foram identificados que nos anos de 1997, 2002 e 2004 ocorreram mais produções referentes ao tema aqui analisado, pois foram encontrados dois artigos em cada ano. Nos anos de 1993, 1994, 1995, 1998 e 2003, foi encontrado apenas um artigo produzido. Ainda constatamos que nos últimos anos não foram localizados artigos publicados e que atendessem o critério da pesquisa. Com isso, acreditamos ser relevante que essa temática seja mais trabalhada pelos pesquisadores, visando promover novos conhecimentos em relação das questões que diz respeito ao tema avaliação documental.

Outro dado observado foi autoria, predominando os com autoria individual, representando 55% em contraponto com 45% em coautoria. É um resultado relevante, se considerarmos que “[...] as demandas e exigências envolvidas no ambiente e processo de pesquisa, é salutar que os pesquisadores consigam manter suas pesquisas e publicá-las individualmente” (FARIAS; FARIAS: 2016, p. 8).

Ainda examinando o Gráfico 2, dos 11 artigos analisados (100%), seis deles foram produzidos por autor individual, representando 55%. Já na modalidade de coautoria foram identificados cinco trabalhos, representando 45%. No Gráfico 3 estão descritos a formação de graduação dos autores.



**Fonte:** Plataforma Lattes (2017).

Constatamos que os pesquisadores que mais publicaram sobre o tema foram aqueles que possuem sua formação em: graduação em História, totalizando 50%; em Biblioteconomia 28%, em Arquivologia somente 11% e 6% em Administração. Esclarecemos que um autor não teve seu nome encontrado no Lattes (5%).

Em razão do que foi analisado, podemos dizer que os pesquisadores com formação em história representam a maioria em função da aproximação dessa ciência com os documentos arquivísticos. Existe uma tradição de atuação de historiadores em instituições de memória, bem como a participação desses profissionais em instituições arquivísticas (BARBATHO; AGUIAR, 2013).

Diante disso, essa ligação entre historiadores e arquivos pode ser observada, tanto na direção de diversos acervos, quanto na realização de estudos sobre assuntos relacionados ao campo dos arquivos. Ou seja, a influência da arquivística na área de História é frequente, por isso acreditamos ser esse o interesse dos pesquisadores em desenvolver estudos sobre a temática aqui abordada.

Outro fato que observamos, que são poucos os autores com formação em Arquivologia desenvolvendo pesquisa sobre avaliação de documentos, podendo esse aspecto ser um indicador para que se reforce a ideia da necessidade de estudos de profissionais da área, se dedicando a produzir e a ampliar os conhecimentos com o foco voltado para a avaliação arquivística.

A seguir, serão exibidos os resultados da pesquisa com relação às bibliografias referenciadas dos artigos analisados.

#### 4.2 BIBLIOGRAFIAS REFERENCIADAS

No Quadro 2 são exibidos os autores mais citados pelos artigos examinados. Ressaltamos que os autores citados somente uma vez não foram mencionados. Além disso, vale esclarecer que, para a contabilização dos autores dos artigos, foi atribuída uma frequência para cada um, em se tratando dos artigos produzidos por dois ou mais pesquisadores.

**Quadro 2 - Autores mais citados pelos artigos**

<b>AUTOR</b>	<b>CITAÇÕES</b>
COUTURE, C.	14
BELLOTTO, H. L.	10
JARDIM, J. M.	10
LOPES, L. C.	9
ROUSSEAU, J. Y.	9
SCHELLENBERG, T. R.	8
HEREDIA HERRERA, A.	7
BRASIL	4
FONSECA, M. O.	4
LODOLINI, E.	4
DANIELS, M. F.	3
DUCHÉIN, M.	3
FAVIER, J.	3
LE GOFF, J.	3
ROBERGE, M.	3
WALCH, T.	3
ARANTES, A. A.	2
ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS	2
CAMARGO, A. M. A.	2
CHAMPAGNE, M.	2
CHOUINARD, D.	2
COOK, M.	2
COOK, T.	2
COULSON, J.	2
CRUZ MUNDET, J. R.	2
DURANTI, L.	2
GODOY, A. S.	2
HAZEN, D.	2

INOJOSA, R. M.	2
LESCA, H.	2
MENESES, U. B.	2
PAES, M. L.	2
PEDERSON, A.	2
PENN, I. A.	2
PENNIX, G. B.	2
PETILLAT, C.	2
VASQUEZ, M.	2
VIEIRA, A. S.	2

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conforme descrito acima, o autor Carol Couture, tem um destaque considerável, pois houve quatorze (14) citações nos artigos pesquisados. A autora Heloísa Liberalli Bellotto e o José Maria Jardim, foram referenciados dez (10) vezes cada um. Luis Carlos Lopes e Jean Yves Rousseau obtiveram nove citações cada. E, com oito citações, temos Theodore Roosevelt Schellenberg. Ainda podemos dizer que esses autores citados, são consagrados e relevantes na área da Arquivologia.

Os autores relacionados acima que trabalham com a temática avaliação de documentos, de forma específica, são: Couture, Jardim e Schellenberg. Como forma de complementação dos dados e da análise, buscamos, também, identificar as obras mais citadas, essas são apresentadas na sequência.

#### 4.2.1 Obras referenciadas

No Quadro 3 estão descritas as obras mais referenciadas nos trabalhos. Destacamos que as obras que aparecem nos artigos analisados e foram citadas apenas uma vez não foram consideradas, logo, não foram contabilizadas no quadro abaixo.

**Quadro 3 - Obras mais referenciadas**

OBRA	AUTOR (ES)	CITAÇÕES
Arquivos permanentes: tratamento documental	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	7
<i>Archivística general: teoría y práctica</i>	HEREDIA HERRERA, Antonia	6
<i>A Modern Archives Reader: Basic Readings on Archival Theory and Practice</i>	DANIELS, Maygen F.; WALCH, Timothy	5
Arquivos modernos: princípios e técnicas	SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	5
<i>Archivística: principios y problemas</i>	LODOLINI, Elio	4
Dicionário de terminologia arquivística	CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli	3
Documentos públicos e privados: arranjo e descrição	SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	3
<i>La gestion de l'information administrative: application globale systémique et systemématique</i>	ROBERGE, Michel	3
<i>Les archives au XXe siècle</i>	COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves	3
<i>Les fondements de la discipline archivistique</i>	ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol	3
Os fundamentos da disciplina arquivística	ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol	3
Manual de archivística	CRUZ MUNDET, José Ramón	2
A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	LOPES, Luís Carlos	2
A informação e os arquivos: teorias e práticas	LOPES, Luís Carlos	2

Arquivo: teoria e prática	PAES, Marilena Leite	2
<i>Keeping Archives</i>	PEDERSON, Ann	2
<i>La evaluación archivística de los documentos que contienen informaciones personales: un estudio del RAMP con directrices</i>	COOK, Terry	2
<i>La pratique archivistique française</i>	FAVIER, Jean; NEIRINCK, Danièle	2
<i>Le traitement d'un fonds d'archives: ses documents historiques</i>	CHAMPAGNE, Michael; CHOUINARD, Denys	2
Lei nº. 8159, de 08 de janeiro de 1991	BRASIL	2
<i>Les archives</i>	FAVIER, Jean	2
Manual de seleccion documental	VASQUEZ, Manuel	2
<i>Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France</i>	ASSOCIATION DES ACHIVISTES FRANÇAIS	2
<i>Records management handbook</i>	PENN, Ira A.; PENNIX, Gail B.; COULSON, Jim	2
Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil	JARDIM, José Maria	2

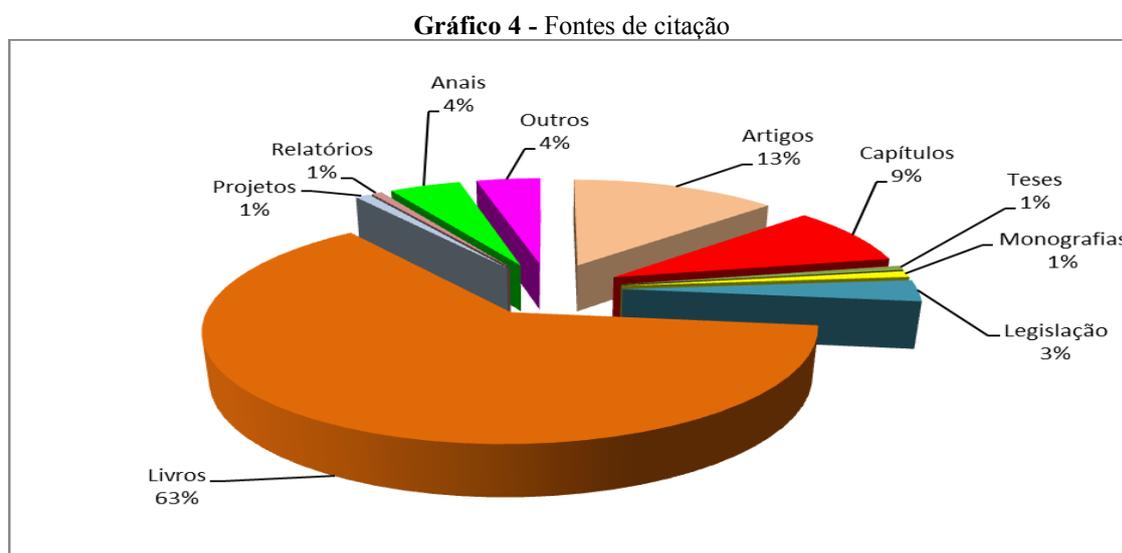
**Fonte:** Dados da pesquisa (2017).

Conforme mostra o Quadro 3, a obra mais citada foi “Arquivos permanentes: tratamento documental”, de Heloísa Liberalli Bellotto, com sete citações, seguida de “*Archivistica general: teoría y práctica*”, de Antonia Heredia Herrera, com seis citações.

No que diz respeito à relação com a temática analisada dos 11 artigos selecionados que constituíram o *corpus*, verificamos que entre as obras mais referenciadas estavam: os “Arquivos modernos: princípios e técnicas”, com cinco citações, “Os fundamentos da disciplina arquivística”, com três citações e a “Lei nº. 8159, de 08 de janeiro de 1991”, com duas citações, pois essas obras abordam a avaliação de documentos de modo mais pontual.

#### 4.2.2 Formatos das obras referenciadas

Os tipos de formatos de citação são apresentados no Gráfico 4. Ressaltamos que foram consideradas nove categorias, sendo que aquelas tipologias que não se encaixavam em alguma delas foram classificadas como "outros", constituindo a décima categoria.

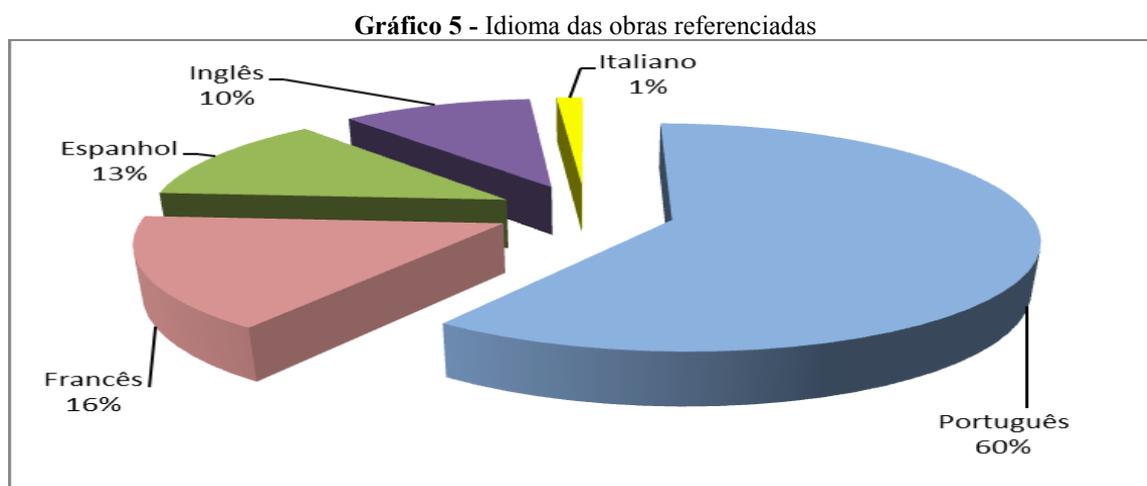


**Fonte:** Dados da pesquisa (2017).

O Gráfico 4 mostra que as citações retiradas de livros representam a maior porcentagem do material referenciado, totalizando 63%. Os artigos apresentam o segundo maior percentual, com 13%. Isso evidencia a utilização de produtos mais comuns e clássicos da atividade científica, pois uma produção mais centrada em livros relaciona-se a uma característica típica das ciências humanas e sociais (ARAÚJO; MELO, 2011).

#### 4.2.3 Idioma das obras referenciadas

Os idiomas que foram identificados nas referências dos trabalhos pesquisados estão demonstrados no Gráfico 5.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com base no Gráfico 5 notamos que o idioma com maior porcentagem é o português, equivalendo a 60%, seguido do francês, com 16%, espanhol, com 13%, inglês, com 10% e do idioma italiano 1%. Podemos trazer dois possíveis fatores que explicam a predominância do idioma nacional: as obras muitas vezes são traduzidas para português, e, também, ocorreu um aumento da produção de conhecimento no Brasil nos últimos tempos, resultando numa fonte de literatura cada vez mais consultada e usufruída pelos pesquisadores.

#### 4.2.4 Aportes teóricos

Como forma de complementar os resultados encontrados e trazer mais elementos para uma possível interpretação e compreensão dos dados, realizamos uma análise dos aportes teóricos utilizados com base nos resultados das referências teóricas que serviram de subsídios teóricos nos estudos que abordaram a temática investigada.

As citações enunciadas no Quadro 2, verificamos que os autores dos artigos analisados realizaram seus trabalhos tendo como suporte teórico autores de renome tanto nacional como internacional na área arquivística, como Couture (2003), que defende cinco princípios básicos para avaliar os documentos:

- a) Os arquivos testemunham o conjunto de atividades da sociedade;
- b) A objetividade e a contemporaneidade devem ser adotadas como critérios na avaliação;
- c) É necessário respeitar as ligações entre o valor dos documentos e as demais intervenções arquivísticas;
- d) Na intervenção, há um equilíbrio entre os fins administrativos e os fins patrimoniais e,
- e) Existe uma ponderação entre as considerações relativas ao contexto de criação dos documentos e as relacionadas ao seu uso.

Jardim também apareceu como um dos autores mais importantes e citados. O autor (1995) frisa a preocupação com a memória da sociedade no momento da avaliação de documentos, ou seja, assinala o cuidado e o zelo com a proteção do patrimônio documental, em que é imprescindível uma atenção especial aos conjuntos documentais que formarão os arquivos permanentes.

Nessa perspectiva, a autora Heloísa Liberalli Bellotto, considerada uma das pioneiras da Arquivologia acadêmica no Brasil, com a sua obra clássica “Arquivos permanentes: tratamento documental”, que recebeu diversas citações (Quadro 3), corrobora a opinião de Jardim (1995) ao apresentar que um tratamento adequado e apropriado da documentação nos arquivos permanentes é essencial para que se preserve e se possa divulgar a informação neles contida. Em relação à avaliação de documentos, nessa obra, a autora (2006) também aborda o tema das comissões de avaliação assessoradas e auxiliadas por administradores, juristas e historiadores e as sobre a tabela de temporalidade.

Além disso, observamos ainda que os artigos analisados centram seus enfoques também na Teoria de Valores (primário e secundário) proposta por Schellenberg (1974), descrito no Quadro 3.

O valor primário refere-se aos aspectos gerenciais do documento e à demanda de uso que este recebe por conta da administração que o produziu. Detectar o valor primário dos documentos é, como tal, identificar seu potencial de uso no âmbito do processo decisório, considerando suas dimensões gerenciais, legais e financeiras. O valor secundário diz respeito às possibilidades de utilização do documento por usuários que o procuram por razões distintas e posteriores àquelas do seu produtor (JARDIM, 1995, p. 6).

É relevante destacar que esse método de valores que norteia o processo de avaliação tem uma forte influência na literatura brasileira, podendo ser confirmada e comprovada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, que possui seu contexto o conceito de valor dos documentos e define a avaliação de documentos como o “processo de análise de arquivos, visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos” (CAMARGO; BELLOTTO: 1996, p. 11), bem como pela Lei de Arquivos - Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, a qual considera que os documentos permanentes devem ser definitivamente preservados por possuir valor histórico, probatório e informativo (BRASIL, 1991).

Observamos que os autores dos artigos analisados do mesmo modo se embasam na proposta dos autores Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (Quadros 2 e 3), ou seja, se baseiam na arquivística integrada, em que as atividades de classificação, avaliação e descrição são interligadas; e nos

conceitos do ciclo de vida dos documentos (fase corrente, intermediária e permanente), que são abordados também por eles.

Luís Carlos Lopes foi referido várias vezes nos trabalhos analisados (Quadro 2), e na mesma linha de pensamento de Rousseau e Couture, Lopes (2000) defende a ideia da arquivística integrada como tratamento global da informação, desde sua produção até o seu destino final (eliminação ou guarda permanente), bem como que os procedimentos de classificação, avaliação e descrição são complementares e indivisíveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados observados, percebemos, que são poucas as produções científicas recuperados na base BRAPCI que trabalham com a avaliação de documentos, resultando somente 11 artigos. Em suma, verificamos, no âmbito da literatura científica da arquivística brasileira, uma carência de estudos que exploram esta questão.

Além disso, notamos que nos artigos analisados sobre o tema avaliação de documentos a maioria possui uma noção e uma abordagem mais abrangentes e relacionadas como um item mencionado da gestão documental, ou seja, não adotaram a avaliação arquivística como um objeto único e específico de seus estudos. Por essa razão, e a partir dos resultados desse estudo, acreditamos ser relevante uma produção científica abordando a avaliação documental, por se tratar de uma temática complexa e importante para o profissional, bem como para as instituições que esses atuam, fazendo com que, após uma criteriosa avaliação documental, se deixe preservada a memória referente à sua trajetória, local, social, entre outras, como legado aos futuros profissionais destas instituições. Outra questão que sejam realizadas produções das experiências com o fazer arquivístico no que se refere à avaliação de documentos, pois ainda são incipientes os trabalhos voltados a essa temática.

Diante disso, evidenciamos a relevância e a necessidade da realização de outras pesquisas para dar continuidade a esse tema, ainda pouco abordado no campo da Arquivologia. Do mesmo modo, esperamos que o resultado dessa pesquisa possa instigar e motivar outras reflexões, e sirva de base para outros trabalhos futuros que discutam sobre a avaliação de documentos, objetivando contribuir para o processo de mudança, ascensão e evolução deste cenário científico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, B. H. **Aportes bibliométricos à produção científica nos principais periódicos da área de ciência da informação no Brasil, no período de 2006 – 2010.** 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

ARAÚJO, C. A. Á.; MELO, M. O. T. Análise dos quinze anos do periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v.16, n.4, p.243-256, out./dez. 2011.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BARBATHO, R. R. G.; AGUIAR, L. C. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. **Anais... XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento e diálogo social**, 2013. p. 892-893.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BIZELLO, M. L.; SOUZA, S. As relações entre Estado e Universidade no processo de avaliação documental. In: A NATUREZA DOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS E DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: PERSPECTIVA INTERNACIONAL, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: MAST; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 83-89.

BRASIL. Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 de janeiro de 2002.

BRASIL. Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, n. 6, p. 455, 09 jan. 1991, Seção 1.

CAMARGO, C. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. R. In: SILVA, Z. L. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 49-64.

CARMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB-Núcleo São Paulo, 1996.

COUTURE, C. La fonction évaluation en archivistique contemporaine: Une synergie entre plusieurs considérations complémentaires. Colloque international des sciences de documentation. **Congrès des archives de Castilla y León**, Département de bibliothéconomie et de documentation. Université de Salamanque, Espagne. 2002.

COUTURE, C. La función valoración em La archivística contemporânea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. **Tabula**, [S. l.], n. 6, p. 23-49, 2003.

DROESCHER, F. D.; SILVA, E. L. O pesquisador e a produção científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 10-189, jan./mar. 2014.

- FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. Estudo bibliométrico das publicações do GT6 – ENANCIB: análise do termo competência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.
- GARCIA, O. M. C.; SCHUCH JUNIOR, V. F. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 41-56, 2002.
- GLEISER, M. Um amante da ciência. **Jornal da UNESP**, São Paulo, n. 94, p.1-15, nov.2004.
- JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13,1995.
- JENKINSON, H. **A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making**. Oxford: The Clarendon Press, 1922.
- LIMA, L. S.; SOARES, C. F.; OLIVEIRA, E. F. T. Investigação da Produção Científica no tema "Estudos Métricos" na base de dados Brapci: uma análise bibliométrica. **Revista EDICIC**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 299-310, 2011.
- LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2012.
- LÜBBE, A. et al. Os memoriais e a preservação dos documentos da Justiça do Trabalho: revisando a tabela de temporalidade dos documentos e processos trabalhistas arquivados. In: BIAVASCHI, M. B.; LÜBBE, A.; MIRANDA, M. G. (Orgs.). **Memória e preservação de documentos: direito do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007. p. 65-80.
- MACHADO, H. C.; CAMARGO, A. M. A. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- MOURA, I. I. **Políticas de avaliação de documentos em instituições públicas de ensino superior de Florianópolis - SC**. 2010. 82 f. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- NASCIMENTO, M. I. G.; OLIVEIRA, E. B. As concepções teóricas de avaliação de documentos de arquivo na legislação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2016.
- NEGREIROS, L. R.; DIAS, E. J. W. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 13, n. 3, p.2-19, set./dez. 2008.
- PAULA, R. P. M. **Como elaborar a tabela de temporalidade documental: racionalização de custos de armazenagem e administração de arquivos empresariais**. São Paulo: CENADEM, 1995.
- RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. A avaliação de informação: uma operação metodológica. **Páginas A&B**, [S. l.], n. 14, p. 7-37, 2004.
- ROCKEMBACH, M. Conceitos, modelos e novas perspectivas de avaliação em Arquivologia e Ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 87-105, set./dez. 2015.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, V. B. **Gestão de Documentos Eletrônicos**: uma visão arquivística. 2. ed. Brasília: Abarq, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SENA, A. G.; CARVALHO, C. R.; CUNHA, M. A. C. Aspectos da preservação da memória institucional e acervo documental da Justiça do Trabalho em Minas Gerais. In: BIAVASCHI, M. B.; LÜBBE, A.; MIRANDA, M. G. (Orgs.). **Memória e preservação de documentos**: direito do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. p. 99-110.

#### **ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON EVALUATION OF DOCUMENTS THEME AVAILABLE IN THE BRAPCI BASIS**

**Abstract:** *This paper aims to present the available scientific production in the BRAPCI basis, regarding the document evaluation subject, from 1972 to 2016, through a bibliometric analysis. The population is composed by 11 articles. The most cited authors in the articles analyzed were Couture, Bellotto and Jardim, and the most cited works were “Arquivos permanentes: tratamento documental” and “Arquivística general: teoría y práctica”. In addition, we identify that books represent 63% of the typology most used by the researchers, followed by the articles, 13%. We also noted that in the articles analyzed about the subject, most of them have a notion and approach wider and more related to a mentioned item of documental management, that is to say, they did not adopt archival evaluation as an unique and specific object of their studies. We conclude that, at the national level, the subject approached receives little attention from the archival community works on this context are still incipient. In this way, we perceive the need to carry out and develop research and discussions, aiming to contribute, instigate reflections and increase scientific production regarding the theme proposed here, due to its significance, relevance and pertinence to the Archival Science area.*

**Keywords:** *Evaluation of Documents. Bibliometrics. Scientific Production. Archivology. BRAPCI.*

*Originals recebidos em: 05/10/2017*

*Aceito para publicação em: 21/11/2017*

*Publicado em: 03/04/2018*